

Assembleia Legislativa do Estado do Acre Legisla-e

LEI COMPLEMENTAR Nº 401, DE 1 DE ABRIL 2022

Altera a Lei Complementar n° 303, de 22 de julho de 2015, que institui a estrutura da carreira de delegado de polícia civil e dá outras providências.

Data de Criação

Data de Publicação

01/04/2022

01/04/2022

Diário de Publicação

Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 13257-A, de 01/04/2022

Origem

Governo do Estado do Acre

Tipo

Lei Complementar

Temática

Autoria

Servidores e Salários

Poder Executivo

Alteração de Artigos

Altera

Alterada por

Sem Alterações

Texto da Lei

LEI COMPLEMENTAR N° 401, DE 1° DE ABRIL DE 2022

Altera a Lei Complementar nº 303, de 22 de julho de 2015, que institui a estrutura da carreira de delegado de polícia civil e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 303, de 22 de julho de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 50 ...

...

IX – adicional de sujeição a serviço e convocação extraordinária."(NR)

"CAPÍTULO I

SEÇÃO IV

Da Sujeição a Serviço e Convocação Extraordinária

- "Art. 6º-A O adicional de caráter indenizatório pela sujeição a serviço e convocação extraordinária será concedido aos delegados de polícia em valor correspondente a sete por cento dos respectivos vencimentos.
- § 1º Para os fins deste artigo, considera-se convocação extraordinária, o regime de sobreaviso permanente do delegado de polícia, fora de sua jornada ordinária de trabalho, para atuação na atividade-fim policial.

- § 2º Estão sujeitos ao serviço e convocação extraordinária, todos os delegados de polícia em atividade, inclusive no gozo de férias, licença-prêmio e licença para o desempenho de mandato classista.
- § 3º Não terá direito ao adicional de que trata este artigo, o delegado de polícia:
- I aposentado;
- II cedido ou colocado à disposição de outros órgãos ou entidades, salvo quanto àquele em exercício nas polícias civis, Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado, guardas municipais e Ministério da Justiça.
- § 4º O pagamento do adicional de que trata este artigo não interfere no pagamento de outras vantagens às quais faça jus o delegado de polícia, ainda que de caráter indenizatório, contanto que tenha fato gerador distinto.
- § 5º O delegado-geral da Polícia Civil encaminhará ao setor competente relação mensal com os nomes dos delegados de polícia que não se encontrarem nas restrições do § 3º deste artigo." (NR)
- **Art. 3º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, 1° de abril de 2022, 134° da República, 120° do Tratado de Petrópolis e 61° do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli

Governador do Estado do Acre